

DITADURA

Enquanto integrantes das Forças Armadas inauguram placas de homenagem a mortos por militantes, estudantes protestam no Rio

Polêmica no aniversário do golpe militar de 1964

EDSON LUIZ

DA EQUIPE DO CORREIO

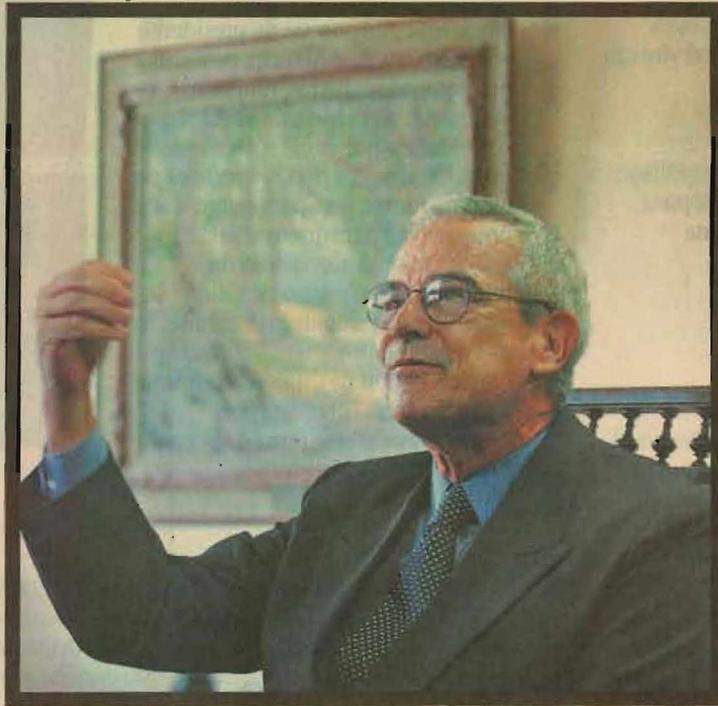
A inauguração de placas de militares mortos por militantes de esquerda, durante a ditadura, e manifestações de estudantes pela abertura de arquivos públicos marcaram, no Rio de Janeiro, as comemorações dos 45 anos do golpe de 1964. Tudo aconteceu no Clube Militar, onde se reúnem os oficiais da reserva das Forças Armadas, e onde estava ocorrendo uma palestra sobre o crescimento da economia brasileira nas décadas de 1970, no quinto andar da instituição. No térreo, protestos contra a morte de mais de cem pessoas neste período. Na instituição, onde se encontram os principais defensores da ação desencadeada para derrubar o governo de João Goulart, também estava o comandante Militar do Leste, Rui Catão.

O presidente do Clube Militar, o general da reserva Gilberto Figueiredo, culpou a esquerda pelo prolongamento do regime autoritário. "O mandato do presidente Costa e Silva (1967-69) muito provavelmente teria sido o último ciclo cívico militar de 64, não fosse a explosão da violência comunista", disse Figueiredo. "O grande serviço da guerra revolucionária desencadeada insensatamente no Brasil foi o de ter retardado a restauração da democracia plena em nosso país", acrescentou o militar.

No final das comemorações e dos protestos o clima ficou tenso na Avenida Rio Branco, onde os atos estavam acontecendo. Porém, apesar de os estudantes utilizarem palavras de ordem até ofensivas, não houve confrontos. Na saída, Rui Catão foi evasivo em suas declarações sobre a palestra, e evitou falar sobre o golpe militar. "Vim assistir à palestra. O tema é desenvolvimento econômico. A homenagem (aos militares mortos) é iniciativa do clube e não tem nada a ver com a palestra", acrescentou o comandante.

Apesar da data ser lembrada com entusiasmo entre os militares

Ricardo Moraes/Agência O Dia - 25/5/06



GILBERTO FIGUEIREDO DIZ QUE "VIOLÊNCIA COMUNISTA" PROLONGOU REGIME

aposentados, dentro dos quartéis o episódio tem perdido apoio a cada dia. A transferência para a reserva dos últimos generais que tiveram participação na ação militar, à época como oficiais de baixa patente, e o abrandamento dos discursos dos comandantes das Forças, que extinguíram as ordens do dia quando a data era comemorada como um momento histórico do país. Mesmo assim, em algumas unidades existem seguidores, que atuam de forma menos ostensiva que em anos anteriores. Na segunda-feira, o general Paulo César Castro, uma das últimas vozes em favor do golpe deixou o posto pela aposentadoria.

Elogios

Muitos dos atuais generais eram aspirantes a oficial, ou tinham patente baixa, como Luiz Cesário da Silveira Filho, que deixou o Comando Militar do Leste no fim do ano passado. Ao sair para a reserva, fez elogios ao golpe de 1964. "Ainda como cadete do último ano, participei ativamente da revolução democrática de 31 de março de 1964, ocupando po-

sição de combate no Vale do Paraíba, oportunidade na qual aprendi que, se necessário for, o soldado deve dispor da própria vida para que os interesses maiores da pátria se sobreponham às ambições pessoais", afirmou Cesário, lembrando seu superior à época, o general Emílio Garrastazu Médici.

"O apoio à ação de março de 1964 dentro dos quartéis ainda existe, mas não é mais tão ostensivo", afirma uma fonte do Ministério da Defesa, explicando que muitos dos que estão nas Forças foram influenciados por seus chefes. "Alguns, mesmo indo para a reserva, deixaram sucessores. O processo é de redução gradativa", acrescenta. O coronel e ex-ministro Jarbas Passarinho, que em 31 de março de 1964 estava no Estado maior do Comando Militar da Amazônia, afirma que as Forças Armadas não mudaram seu modo de atuar. "O pensamento militar do ponto de vista de doutrina social e política contemporânea não mudou", disse Passarinho, ressaltando que a "as forças são partidárias da democracia".

MEMÓRIA

Alinhamento com os EUA

O golpe militar de 31 de março de 1964 foi realizado para derrubar o governo de João Goulart. As Forças Armadas temiam que o comunismo chegasse ao Brasil depois de alcançar Cuba, segundo lembrou o ex-ministro Jarbas Passarinho, então coronel no Comando Militar da Amazônia (CMA). Os militares se uniram aos Estados Unidos, que temiam o poder da então União Soviética.

"Do nosso ponto de vista foi uma antecipação que era inevitável. A bomba atômica da União Soviética praticamente dividia as forças entre dois hemisférios: os comunistas e os democráticos", afirma Passarinho, ressaltando que a tendência era o comunismo dominar o planeta, chegando até ao Caribe, com Fidel Castro em Cuba. "Fizemos a nossa escolha, já que Castro era a ponta de lança para o avanço na América do Sul. Nós nos preparamos para nos opormos ao comunismo", acrescentou o ex-ministro.

O poder nas mãos dos militares durou até 1985, quando iniciou a redemocratização do país. Antes disso, a repressão foi uma das marcas que ficou durante a ditadura, que ficou mais branda a partir da eleição, de forma indireta, do general Ernesto Geisel para a presidência da República. Os piores momentos ocorreram nos governos de Emílio Garrastazu Médici (na década de 1970) e Costa e Silva (entre 1967 e 69). (E.L.)